

## A Metáfora Opaca -

franklin goldgrub

6º capítulo - (texto parcial)

### Sargaços

*"Finalmente, tenho de explicar-lhes o que quero dizer com a eficiência geral de nosso trabalho e como chego a nele ter esperanças. (...) as psiconeuroses são satisfações substitutivas de algum instinto[1], cuja presença o indivíduo é obrigado a negar a si e aos outros. Sua capacidade de existir depende dessa distorção e da falta de reconhecimento. Quando o enigma que elas apresentam é resolvido e a solução é aceita pelos pacientes, essas doenças cessam em ser capazes de existir. Em medicina, quase nada há igual a isso, embora, em contos de fadas, os senhores ouçam falar de espíritos maus, cujo poder se rompe tão logo possam dizer-lhes o próprio nome - o nome que eles guardaram em segredo."*[2]

---

A reflexão sobre o método não se esgota na discussão sobre seus fundamentos nem na demonstração do respectivo *modus operandi*, embora essas sejam questões prioritárias. Alguns aspectos importantes

tem sido negligenciados a pretexto de obviedade e outros em virtude do constrangimento.

A duração das sessões pertence à primeira categoria. A hora de cinquenta minutos é aceita sem discussão por ortodoxos e kleinianos, tornando-se assim um alvo sedutor para a iconoclastia lacaniana. Contudo, a substituição do relógio pelo cronômetro, além de alimentar o folclore, conta com argumentos precários[3]. Alega-se que a sessão transformou-se num ritual e que o paciente controla sua participação de acordo com o movimento dos ponteiros, quando a interrupção deveria surpreender e nessa medida servir de instrumento à "cura". Os adeptos da inovação, porém, como os defensores da tradição, deixaram de examinar o ponto principal: por que Freud propôs a duração canônica? Sabemos que ele não justificou tal decisão, o que não nos ...

A hora clínica constitui a herança de uma época em que a intenção era obter o máximo possível de informações (geralmente acerca da infância), respeitando o desgaste provocado pela evocação de lembranças dolorosas. Mesmo assim nada se modificou quando a escuta psicanalítica desviou seu foco da memória para a associação livre.

É provável que a interpretação de sonhos tenha contribuído para manter as coisas inalteradas, visto que o acesso ao sentido não é mais rápido nem mais fácil do que a reconstituição da infância. Seja qual for o enquadre, pode-se ter por certo que a resistência continuará desempenhando seu papel, obrigando as associações a um percurso meândrico para contornar as muralhas da defesa.

Do ponto de vista do método interpretativo não há porque hesitar quanto à escolha do critério. A duração da sessão deve ser estipulada

levando em conta o tempo mais propício ao adensamento das associações, condição prévia para a distinção entre conteúdo manifesto e conteúdo latente. Com duas ressalvas óbvias: as diferenças individuais, às quais os ponteiros deverão adaptar-se, e os silêncios e truncagens, que são independentes da duração. De qualquer forma, o mutismo e a fragmentação não impedem que o ocupante do divã associe livremente em foro íntimo, o que tem o seu valor, inclusive como material a ser mencionado futuramente. Em relação ao tempo das sessões, o limite seria constituído pelo esforço imposto à fala em associação livre e à escuta em atenção flutuante.

*Mutatis mutandis*, um raciocínio semelhante se aplica à comunicação; em qualquer idioma as frases costumam obedecer a limites mínimos e máximos, quer na modalidade oral quer na escrita. O excesso de interpolações e vírgulas impossibilitaria a comunicação, tanto quanto o laconismo extremo e as reticências.

Não menos difícil é estipular a freqüência semanal ideal. A lógica recomendaria um regime diário de sessões, mas não há como deixar de reconhecer que, além da resistência, também o bolso pode ser um obstáculo respeitável. De qualquer forma, cabe esperar que um método adequado supere condições desfavoráveis (uma freqüência menor), compensando os intervalos mais longos com a precisão da intervenção.

Quanto à prática propriamente dita, o modelo da interpretação de sonhos permanece válido para conteúdos não oníricos. Os primeiros enunciados são semelhantes ao relato de um sonho, enquanto os seguintes equivalem às respectivas associações. Pode-se objetar que uma sessão cujo conteúdo não é onírico carece de "centro", ou seja, seu sentido é extraído do conjunto da fala. De acordo, mas não se poderia dizer o

mesmo acerca do sonho? Também nesse caso o objeto da interpretação é constituído menos pela cena onírica do que pela cadeia associativa como um todo. A associação livre é incompatível com a concepção de uma temática privilegiada. Se a regra fundamental foi criada para dar conta do caráter desconexo e absurdo do sonho, a teorização da linguagem é capaz de demonstrar que nada se altera quando se trata de escutar relatos lógicos e bem concatenados.

Intervenções sobre palavras e frases isoladas, mesmo que constituam atos falhos, não podem ser definidas como interpretação. Certamente o ato falho constitui um desmentido à intenção consciente, mas não dá acesso, por si só, ao sentido subjacente. Apontá-lo é tão desaconselhável como tirar da água um peixe pequeno[4].

É precisamente com esse tipo de anzol que se faz a pescaria lacaniana. Pode-se mesmo dizer que a respectiva escuta flagra o ato falho em potência, ou seja, sem que tenha ocorrido. Trata-se de uma consequência nada surpreendente da substituição do discurso pelo significante. Aliteraões, pontuações, escansões, anagramas e cortes elevam o trocadilho a instrumento metodológico. Lacan aconselhava os jovens psicanalistas a fazer palavras cruzadas. A veloz clepsidra do consultório lacaniano ajusta-se bem a esse tipo de intervenção minimalista e inviabiliza tanto a associação livre como a atenção flutuante, fenômenos essencialmente discursivos.

A razão pela qual a distinção entre significação e sentido depende de determinado *quantum* discursivo requer mais estudos. A falta de cão teórico é lícito caçar com o gato analógico. A frase também exige certo número de palavras, bem como a devida pontuação. Enquanto permanece inconclusa, sua significação fica em suspenso. Daí o caráter

retroativo da significação, que Lacan enfatizou com propriedade, embora tenha restringido suas conseqüências metodológicas à escansão.

A hipótese correspondente poderia ser assim formulada: a conclusão da frase está para a significação como o adensamento do discurso estaria para o sentido.

O estudo dessa questão incumbe à teoria do método. Se a frase deve sua significação à relação sujeito/objeto que retrata, o sentido gravita em torno à lógica das relações sujeito/objeto seqüencialmente reiteradas.

Quem se ocupou sistematicamente da relação entre signo e discurso foi Émile Benveniste. *Semiologia da Língua* (1969) questiona o privilégio que Saussure concedera ao signo em detrimento do discurso. O artigo também discute o lugar da língua no âmbito da semiologia, ciência que segundo Saussure deveria abranger todos os sistemas de representação. Benveniste propõe distinguir as dimensões *semântica* e *semiótica* da linguagem. Mediante tais conceitos, verdadeira *navalha de Occam*, a língua propriamente dita é diferenciada dos códigos semióticos (moda, ritual, indumentária, protocolo, cortesia, trânsito, navegação, lógico-matemática, etc).

Os códigos seriam semióticos e não lingüísticos porque neles a relação entre representante e representado é unívoca; cada elemento do sistema vincula-se a determinado significado e a nenhum outro. No código de trânsito, verde e vermelho designam respectivamente permissão e proibição de passagem. A faixa transversal vermelha, aplicada a imagens facilmente identificáveis pelo usuário, denota interdição do que é representado (estacionamento, ultrapassagem, trânsito de caminhões, etc.). Os sinais que representam pontes, curvas de nível, pedágios,

conserto da estrada, desvio a determinada distância e outros, resultam igualmente de convenções e seu significado é unívoco.

Além da univocidade de seus elementos, os códigos são desprovidos de sintaxe. Em contraposição, a língua é o único sistema representativo a funcionar simultaneamente com sintaxe e referência. (A referência, quando associada à sintaxe, expressa-se como semântica - rede de significados, significações e sentidos). Essa dupla propriedade faz com que apenas a língua, entre todos os sistemas de representação, dê lugar ao discurso. Em virtude dessa peculiaridade, aquilo que é representado pela língua ("realidade") é sempre representado como discurso, isto é, realidade psíquica, ou seja, singularidade.

A aquisição de linguagem ocorre quando as denominações ensinadas à criança (*infans*) são subvertidas pelo significante, fundamento da sintaxe. As denominações são aprendidas, mas não há como ensinar a sintaxe - a língua materna somente pode ser "adquirida" por identificação. A consequência desse processo é a emergência do discurso (identidade), ancorado na língua propriamente dita e estruturado pela articulação entre significante, significado, significação e sentido[5].

Os códigos operam mediante sinais e nessa medida estão subordinados àquilo que representam, enquanto os signos lingüísticos, pelo contrário, impõem a lógica do discurso aos referentes. O passo seguinte, que Benveniste indica mas não chega a teorizar, consiste na constatação de que tanto o significado como a significação são regidos pelo sentido. ("*...não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o "intencionado"), concebido globalmente, que se realiza e se divide em "signos" particulares, que são as palavras*") [6]. A teorização do

sentido implica em discutir o mecanismo da produção do discurso, que *Semiologia da Língua* não aborda.

O signo, unidade semântica mínima, repousa na relação inconstante entre significado e significante, uma de cujas conseqüências é a polisemia[7]. À medida em que as unidades lingüísticas se tornam mais complexas a correspondência entre representante e representado torna-se ainda mais tênue. A significação da frase pode ser ambígua, exigindo explicitação, e os enunciados discursivos sempre requerem interpretação. No caso do signo o mal-entendido é comparativamente raro, enquanto diferenças de compreensão são comuns com referência ao discurso.

O aspecto hierárquico da relação entre língua e código torna-se patente quando se leva em conta que cabe à língua exercer a função interpretante, da qual as unidades de todo e qualquer código dependem para aceder à inteligibilidade. A recíproca não é verdadeira.

Com relação à obra de arte, cada autor se expressará numa "linguagem" (discurso) particular, em aberto contraste com a índole comunitária da língua. O que porventura fugir do estilo insere-se obrigatoriamente num código. (A arte medieval trata da temática bíblica mediante freqüente utilização de símbolos cujo significado está previamente estabelecido pelo universo religioso). Além de pertencer ao discurso peculiar de seu criador, a produção artística difere da língua sob outros aspectos. Nas artes plásticas, a simultaneidade com que cores e formas se apresentam ao olhar é incompatível com a sintaxe, cujo desfile exige a diacronia. Dependendo de seu caráter figurativo ou abstrato, quadros e esculturas apelam diferentemente ao destinatário mas, seja como for, a respectiva significância inscreve-se num universo semântico e

não semiótico, visto que a experiência estética nunca deixa de ser subjetiva e portanto singular.

A música, ao contrário das artes plásticas, habita a dimensão do tempo. Acordes e notas ocorrem em sucessão, expressando-se quer pelo encadeamento harmônico e melódico quer por seqüências atonais. As peças musicais estão desvinculadas de qualquer preocupação com a representação, obedecendo unicamente a regras de combinação interna. "*Apassionata*", "*Estudo Revolucionário*", "*Clair de Lune*" são títulos que em nada se relacionam com a estrutura formal da obra, a não ser no discurso pessoal do responsável por essas denominações. Que as obras de Debussy tenham sido batizadas pelo próprio autor não objeta ao raciocínio anterior. A sintaxe musical difere da lingüística pela possibilidade de ser reinventada por cada compositor. A respectiva semântica também se distingue da que é gerada pelo signo lingüístico. Quer se trate do autor, do executante ou do ouvinte, a composição musical sempre evoca significações particulares, apesar de que alguns elementos (ritmo, tonalidade, andamento, estrutura melódica) tendem a um campo semântico comum.

Tanto no que se refere à produção como à fruição da obra de arte é possível aderir sem reservas à idéia de que tanto as artes plásticas como a música pertencem ao campo da semântica sem semiótica, em contraposição aos códigos (semiótica sem semântica).

A categorização preconizada por Benveniste - e isso é particularmente importante para a teoria da interpretação - funciona também no interior da própria língua. O signo ("= palavra") é distinguível do sintagma ("= frase") e este do discurso ("= enunciado/enunciação"). *Comparativamente*, o signo estaria mais próximo dos códigos semióticos, visto a proximidade entre

significante e significado, que aliás assegura a comunicação, enquanto no outro extremo o discurso concretiza de maneira particularmente eficaz o ideal semântico (separação entre literalidade e sentido). Tudo se passa como se a frase se situasse a meio caminho entre o signo e o discurso.

[1] Pulsão.

[2] S. Freud, *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica* (1910). O. C., Vol. XI, pg. 133.

[3] Em princípio nada impede que o tempo lógico também se estenda para além da duração habitual; sabe-se porém que na imensa maioria das vezes a referida prática literaliza o provérbio zen de que pouco é muito e nada é tudo.

[4] O ato falho, *em si*, como o sonho, representa um importantíssimo apoio à legitimação teórica do inconsciente. Do ponto de vista da prática clínica, porém, ambos não são mais do que conteúdos pontuais, entre tantos outros, da associação livre. Por outro lado, diferentemente do sonho, o ato falho costuma ostentar uma transparência enganosa, que supostamente permitiria compreendê-lo prescindindo das associações.

[5] Ver *A Máquina do Fantasma - Aquisição de linguagem & constituição do sujeito*.

[6] Émile Benveniste, *Semiologia da Língua*, PLG II, pg. 65.

[7] Ou seja, a possibilidade de que um significante possua mais de um significado.

---

*Consulte mais sobre esse e outros títulos do autor:*

[www.franklingoldgrub.com](http://www.franklingoldgrub.com)